

# Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2014

1

Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2014 (nº 7.409, de 2010, na Casa de origem)	Emendas da CMA (de redação)
Dispõe sobre a obrigatoriedade de <b>as agências</b> que comercializam veículos automotores informarem o valor dos tributos incidentes sobre a venda e a situação de regularidade do veículo quanto a eventual existência de multas, débitos de impostos, de taxas e de seguro obrigatório, alienação fiduciária ou qualquer registro que impeça a livre circulação do veículo.	<b>Emenda nº 1 – CMA</b> <b>Substitua-se</b> , na ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2014, a expressão “ <b>as agências</b> ” por “ <b>os empresários</b> ”.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
	<b>Emenda nº 2 – CMA</b> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2014, a seguinte redação:
<b>Art. 1º</b> Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de <b>as agências</b> que comercializam <b>automóveis</b> , novos ou usados, informarem o valor dos tributos incidentes sobre o bem comercializado <b>e sobre</b> a situação de regularidade do veículo, quanto a eventual existência de multas, débitos de impostos, <b>de</b> taxas anuais e <b>de</b> seguro obrigatório, alienação fiduciária ou qualquer outro registro que impeça a livre circulação do veículo.	<b>“Art. 1º.</b> Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de <b>os empresários</b> que comercializam <b>veículos automotores</b> , novos ou usados, informarem <b>ao comprador</b> : <b>I</b> – o valor dos tributos incidentes sobre o bem comercializado; <b>II</b> – a situação de regularidade do veículo, quanto a eventual existência de: <b>a)</b> multas, taxas anuais e seguro obrigatório; <b>b)</b> débitos de impostos; <b>c)</b> alienação fiduciária; ou <b>d)</b> qualquer outro registro que impeça a livre circulação do veículo.”
	<b>Emenda nº 3 – CMA</b> Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2014, a seguinte redação:
<b>Art. 2º</b> <b>As agências</b> que comercializam veículos automotores, novos ou usados, ficam obrigadas a informar ao comprador a situação de regularidade do veículo <b>quanto a eventual existência de restrições nos órgãos</b> de trânsito, policial e da receita ou fazenda da unidade da Federação em que <b>está</b> sendo comercializado, relativas a registros de furto, multas, alienação fiduciária e débitos quanto ao pagamento de impostos e taxas anuais legalmente devidas <b>(Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, seguro obrigatório, taxa de licenciamento anual)</b> ou quaisquer outros registros que limitem ou impeçam a circulação do veículo.	<b>“Art. 2º</b> <b>Os empresários</b> que comercializam veículos automotores, novos ou usados, ficam obrigadas a informar ao comprador a situação de regularidade do veículo <b>junto às autoridades policiais, de trânsito e fazendária das unidades da Federação onde o veículo for registrado e estiver</b> sendo comercializado, relativos a: <b>I</b> – furto; <b>II</b> – multas e taxas anuais legalmente devidas; <b>III</b> – débitos quanto ao pagamento de impostos; <b>IV</b> – alienação fiduciária; ou <b>V</b> – quaisquer outros registros que limitem ou impeçam a circulação do veículo.”
Parágrafo único. No contrato de compra e venda assinado entre vendedor e comprador devem constar cláusulas contendo informações sobre a natureza e o valor dos tributos incidentes sobre a comercialização do veículo, bem como sobre a situação de regularidade em que se encontra o bem quanto às eventuais restrições previstas no caput.	
	<b>Emenda nº 4 – CMA</b>



# Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2014

2

Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2014 (nº 7.409, de 2010, na Casa de origem)	Emendas da CMA (de redação)
	Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2014, a seguinte redação:
<b>Art. 3º</b> O descumprimento do disposto nesta Lei implica na obrigação de a agência arcar com o pagamento do valor correspondente ao montante dos tributos, taxas, emolumentos e multas incidentes sobre o veículo e existentes até o momento da aquisição do bem pelo consumidor e da restituição do valor integral pago pelo comprador, no caso de o veículo ter sido objeto de furto, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor.	<b>“Art. 3º</b> O descumprimento do disposto nesta Lei implica na obrigação de os empresários que comercializam veículos automotores, novos ou usados, arcarem com: <b>I</b> – o pagamento do valor correspondente ao montante dos tributos, taxas, emolumentos e multas incidentes sobre o veículo e existentes até o momento da aquisição do bem pelo consumidor; <b>II</b> – a restituição do valor integral pago pelo comprador, no caso de o veículo ter sido objeto de furto. <b>Parágrafo único.</b> As sanções previstas nesse artigo serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.”
<b>Art. 4º</b> Esta Lei entra em vigor após decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação oficial.	

